Regulamentação das Redes Sociais sob a Ótica do Direito Brasileiro

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Pedro Henrique Pereira Rodrigues
Marcos Paulo Cruz Soares
Marcus Vinicius Pimenta Lopes
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

Introdução

No contexto contemporâneo, as redes sociais desempenham um papel central na vida das pessoas e na dinâmica social, proporcionando um espaço de interação, compartilhamento e informação sem precedentes. No entanto, a ausência de uma regulamentação específica no Brasil quanto ao funcionamento e responsabilidades das plataformas digitais levanta importantes questões relacionadas à proteção dos direitos dos usuários, à segurança online, à disseminação de fake news e discursos de ódio. Este estudo visa analisar de forma abrangente como o direito brasileiro lida com a regulação das redes sociais, considerando os desafios enfrentados e as perspectivas de evolução nesse cenário.

Objetivo

Este trabalho tem como propósito investigar a legislação em vigor no Brasil e as discussões em torno da necessidade de regulamentação das redes sociais, com o intuito de compreender os impactos e implicações dessa regulação no contexto social e jurídico do país, visando contribuir para um debate informado e construtivo sobre o tema.

Material e Métodos

A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão sistemática da legislação brasileira pertinente, análise de jurisprudência relacionada ao tema das redes sociais e consulta a estudos acadêmicos que abordam aspectos legais e éticos da regulação do ambiente digital. Foram consideradas as principais leis e normas que tratam da proteção de dados pessoais, direitos do consumidor, liberdade de expressão e responsabilidade civil no âmbito da internet.

Resultados e Discussão

No Brasil, a regulação das redes sociais é abordada por meio de um conjunto de leis e regulamentos, tais como o Marco Civil da Internet, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Geral de Proteção de Dados. Contudo, a complexidade e dinâmica do ambiente digital apresentam desafios para a efetiva aplicação dessas normas,

especialmente no que diz respeito à responsabilidade das plataformas pela disseminação de conteúdos prejudiciais e ilegais. A discussão em torno da moderação de conteúdo, da transparência nas políticas das redes sociais e da proteção da privacidade dos usuários é fundamental para o aprimoramento da regulação do setor.

Conclusão

A regulamentação das redes sociais no Brasil é um tema em constante evolução, demandando a atenção de legisladores, empresas e sociedade civil para garantir a proteção dos direitos dos usuários e a promoção de um ambiente online seguro e ético. A discussão sobre a responsabilidade das plataformas digitais e a necessidade de medidas mais eficazes é essencial para mitigar os impactos negativos das redes sociais na sociedade.

Referências

- Lei nº 12.965/2014 - Marco Civil da Internet
- Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
- Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)
- Constituição Federal de 1988
- Jurisprudência relacionada à regulação das redes sociais no Brasil